

A ELEVAÇÃO DA ALDEIA DE SÃO JOSÉ DA PARAÍBA (1767 – 1770)

Vanessa Cristina Moraes Oliveira¹, Prof.^a Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali⁴

¹ UNIVAP/ Curso de História/ Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica/ IP&D, Avenida Shishima Hifume, 2911- Urbanova/ SJC Campos/SP, e-mail: vanecristsjc@yahoo.com.br

² UNIVAP/ Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica/ IP&D, Avenida Shishima Hifume, 2911- Urbanova/ SJC Campos/SP, e-mail: papali@univap.br

Resumo – O presente trabalho procura discutir as políticas administrativas adotadas sobre a aldeia de São José da Paraíba, no cenário geopolítico dos fins do século XVIII, sendo que a seguinte aldeia se encontrava onde atualmente está presente o município de São José dos Campos. Sobre o governo de Luis Antonio de Souza Boutelho Mourão na Capitania de São Paulo, a aldeia de São José da Paraíba foi elevada à vila sem passar pelo estágio de freguesia, como era de costume, tal procedimento só tem fundamento se inserimos a aldeia de São José em um cenário mais amplo, das políticas empreendidas na capitania de São Paulo naquele momento. Assim pretendemos mostrar os reflexos que a disputa pela região do Santíssimo Sacramento, entre Portugal e Espanha causou na Capitania de São Paulo, apontando o interesse do governador em recrutar a força de trabalho indígena da aldeia de São José da Paraíba para atuar no empreendimento.

Palavras-chave: indígenas, mão-de-obra, recrutar, civilizar.

Área do Conhecimento: História

Introdução

Buscamos discutir nesse trabalho, as políticas administrativas implementadas para a Aldeia de São José da Paraíba, onde está presente atualmente o município de São José dos Campos, que fora inicialmente um aldeamento indígena administrado por jesuítas, e posteriormente por civis. Analisando os motivos pelos quais, a aldeia de São José da Paraíba foi elevada à vila, em 27 de julho de 1767, por ordens do governador da capitania de São Paulo, Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão (1765-1775), na atuação do reinado de Dom José I (1750-1777), em Portugal.

Buscamos mostrar o interesse que o governador da capitania de São Paulo possuiu de agregar, civilizar, e recrutar mão-de-obra indígena da vila de São José da Paraíba, objetivando a proteção da colônia do Santíssimo Sacramento, na bacia do Prata, área de disputa entre Espanha e Portugal.

Materiais e Métodos

No respectivo trabalho, fundamentados por revisões bibliográficas relativas ao tema, pretendemos compreender o período referente às fontes primárias para efetivação das discussões.

A documentação analisada compreende os períodos de 1767 a 1770, são quatro ofícios destinados à aldeia de São José da Paraíba, por Luis Antonio de Souza Boutelho Mourão, o governador da capitania de São Paulo. Os

seguintes documentos foram transcritos e disponibilizados pelo projeto Pró-Memória.

O auto de ereção e estabelecimento da nova vila de São José da Paraíba, documento no qual daremos maior enfoque, apresenta os objetivos do governador da capitania de São Paulo, de evitar a dispersão dos autóctones através da congregação destes em povoações, o que facilitaria o projeto de civilização. Os outros três documentos, assim como o de elevação, tratam de questões como: a demarcação de terras da nova vila, a construção do pelourinho, da constituição da casa câmara e da cadeia. Medidas que o governador da capitania de São Paulo julgava necessárias para civilizar os indígenas.

Discussão

Analisando o quadro administrativo no Brasil colonial, observamos uma questão crucial. Os interesses portugueses não se mantêm restritos aos limites da Península Ibérica, mas dizem respeito a todo seu império colonial. Dessa perspectiva, o aparelho administrativo português foi transposto para o seu império colonial. O processo histórico foi acompanhado por medidas cada vez mais centralizadoras, da metrópole para com a colônia, procurando extrair o máximo de riquezas desta com o intuito de aliviar o Tesouro régio português, e de manter os recursos necessários às guerras, que visavam à hegemonia territorial sobre as suas colônias.

Mediante o corte cronológico de (1750-1808), vamos procurar compreender as medidas centralizadoras viabilizadas pela Coroa, com o fim de conter o aguçamento da crise econômica da sociedade lusa, e o declínio das rendas geradas pelas principais atividades econômicas coloniais, principalmente a mineração. A análise do contexto de forma macro, é fundamental para a compreensão das medidas findadas por Dom José I, rei de Portugal, que ao verificar entre as décadas de 1750 e 1760, o declínio da produção de metais preciosos, efetua modificações na administração colonial, tornando-a mais rigorosa para a obtenção dos rendimentos necessários para a realização da manutenção dos diversos setores sociais, inclusive cobrir os gastos com o luxo da corte portuguesa.

Dentre as medidas de caráter político-administrativo, realizadas por Dom José I, uma das mais importantes foi a transferência da sede do governo geral da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763, a maior motivação da transferência da sede do governo colonial para o sudeste foi, “à possibilidade de se executar uma estrita vigilância sobre então o pólo mais dinâmico de exploração”. (SALGADO, 1986, 62).

A transferência do eixo econômico para o Sudeste também estava ligada a um fator de ordem militar, ou seja, a disputa pela colônia do Santíssimo Sacramento entre Portugal e Espanha, que fez do Rio de Janeiro um ponto estratégico mais próximo ao suprimento das necessidades militares na bacia do Prata. A transferência do eixo econômico influenciou toda a Capitania de São Paulo, gerando reflexos nas aldeias e vilas paulistas, uma vez que a capitania de São Paulo foi responsável por fornecer a alimentação e os homens para atuar na bacia do Prata.

Pelo rio da Prata era escoada toda a prata de Potosí e o porto da colônia do Santíssimo Sacramento, fundada por Manuel de Leão em 1680, fornecia mercadorias relativamente baratas aos espanhóis. Esta colônia foi um elo entre o mercado regional e o mercado europeu, na ocasião tornou-se conseqüentemente uma área de disputa e tensões. Devido a esses fatores Peregalli faz uma observação sobre os conflitos da região: “O rio da prata era então uma zona de tensões entre os países coloniais ibéricos, entrelaçada com um conflito de maiores dimensões entre as potências dominantes em luta pela hegemonia”. (PEREGALLI, 1986, 41).

O governador da Capitania de São Paulo na época, Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão (1765-1775), o Morgado de Mateus, foi o responsável por organizar, e manter o empreendimento na colônia do Santíssimo Sacramento, marcando um novo ciclo na história paulista, buscou o progresso, a organização social, econômica, e política da Capitania de São

Paulo, procurando ao mesmo tempo atender as necessidades econômicas da coroa portuguesa. O Governador da Capitania objetivou reforçar os núcleos urbanos paulistas, através da ereção de aldeias em freguesias, ou vilas, visando através da inserção da Câmara Municipal nas povoações que foram elevadas a vila a afirmação das leis metropolitanas, tornando-as mais maleáveis ao interesse da coroa.

O exército que atuou na bacia do Rio da Prata contou com a participação de índios e negros, a eles restavam os serviços inferiores. A Capitania incentivada ao plantio pelo governador, forneceu alimentação às tropas. Cabe aqui a discussão que gira em torno da aldeia de São José da Paraíba, onde atualmente se encontra o município de São José dos Campos, segundo os apontamentos de Peregalli, em 1766, os indígenas que forneceram a força de trabalho no exército colonial, estavam concentrados em dez aldeias: Pinheiros, Barueri, São Miguel, Nossa Senhora da Escada, São José de Guarulhos, São José, Nossa Senhora da Ajuda, [ilegível], Carapicuíba e Itapeperica. (PEREGALLI, 1984, 113). São José do Paraíba “uma aldeia que não possuía condições de ser elevada à vila” pode ter tido a sua ereção promulgada pelo governador da Capitania de São Paulo, para evitar a dispersão dos autóctones que habitavam a aldeia, pois a grande demanda de força de trabalho indígena, tanto para a produção alimentícia, quanto para auxiliar no exercito que atuou na colônia do Santíssimo Sacramento, exigiu que essa mão-de-obra estivesse concentrada nas aldeias e vilas. (RENDON, 1978, 39).

Um mês após a elevação da Aldeia de São José da Paraíba, o Morgado de Mateus enviou um ofício ao Ouvidor Geral da Comarca, em 14 de agosto de 1767, o governador estava de acordo com o documento, “declarando-se satisfeito com a ereção da nova vila de São José da Paraíba, e insistindo para que o Ouvidor fizesse com que os indígenas armassem casas arruadas em alguma povoação”. (In Documentos Interessantes, apud, PETRONE, 224). Nos fins do século XVIII as más condições dos aldeamentos e vilas, e conseqüentemente a dispersão dos autóctones era uma característica comum, portanto podemos compreender a preocupação do Morgado de Mateus em povoar os sertões paulistas e de abrir Vilas, sendo que desta maneira ele concentraria os nativos e evitaria a dispersão da mão-de-obra que iria para contribuir com os projetos da coroa.

Conclusão

Constatamos que a aldeia de São José da Paraíba inserida no cenário geopolítico dos fins do século XVIII, participou dos projetos do governador da Capitania de São Paulo, Luis

Antonio de Sousa Boutelho Mourão, de resguardar as áreas do Império Colonial Português face às demais potências.

Os interesses do governador da capitania de São Paulo foram os de agregar, civilizar, e recrutar mão-de-obra indígena de toda a capitania, inclusive da aldeia de São José da Paraíba, objetivando evitar a dispersão dos autóctones através da congregação destes em povoações, o que facilitaria o projeto de civilização. Portanto para fortalecer esse projeto, o Morgado de Mateus criou novas povoações, e reforçou as já existentes na época, através da elevação de aldeias em vilas, ou freguesias.

A política de arrigimentação de mão de obra indígena do governador, visou diversos fins, inclusive a composição do exército que atuou na bacia da Prata, local de disputa entre Portugal e Espanha, “os índios foram utilizados na capitania de São Paulo como os responsáveis pelo transporte de material bélico, nos caminhos onde os eqüinos não podiam trafegar”. (PEREGALLI, 1986, 21). Contudo, era de interesse da coroa civilizar os autoctones e concentrá-los nos núcleos urbanos, pois assim a força de trabalho indígena atenderia de diversas formas aos interesses da Coroa Portuguesa.

Fontes Primárias

- Microfilme 01 - Acervo A.P.M./S.J.C. Catalogação da Biblioteca Nacional: 23, 1, 5 nº 110 A.

- Microfilme 01 - Acervo A.P.M./S.J.C. Catalogação da Biblioteca Nacional: 23, 1, 5, nº110.

- Microfilme 01 - Acervo A.P.M./S.J.C. Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 9, 9, Nº 10.

- Microfilme 01 - Acervo A.P.M./S.J.C. Catalogação da Biblioteca Nacional: I – 30, 15, 32, nº 6.

Fontes Secundárias

- MONTEIRO, John M. **Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- PEREGALLI, Enrique. **Recrutamento Militar no Brasil Colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

- PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

- RENDON, José Arouche de Toledo. Coleção Paulística; v.3. São Paulo, 1978.